



www.faep.com.br



www.senarpr.org.br



# Boletim Informativo

Tiragem desta edição: 23.000 exemplares

Nº 1020 - ANO XXIII

Curitiba, semana de 1 a 7 de setembro de 2008

## Escolas de Toledo recebem Aninha e Agrinho (Pág. 22)



## Sushi na terra do Barreado (Pág. 23)



## Senado aprova renegociação das dívidas agrícolas

O Plenário do Senado fez na quarta-feira (27) a última votação do projeto que autoriza o governo a renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de agricultores. *Leia mais na página 10*



## FAEP quer “trégua” até mudança do Decreto 6514



Enquanto acontecem as discussões para modificar o texto do Decreto 6514, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, garantiu que o IBAMA não irá aplicar as sanções previstas. O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofí-

cio ao secretário do Meio Ambiente do Paraná, Rasca Rodrigues, e ao presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, solicitando que o Paraná siga na mesma linha, se abstendo de utilizar o Decreto para fins da atuação a produtores rurais até que ele seja reformulado. *Pág. 2*

## Aprovada emenda sobre títulos de terras em faixa de fronteira (P.12)

# Setor produtivo sugere revisão na legislação ambiental em 120 dias

A legislação ambiental brasileira deve ser revisada para que, num prazo de 120 dias, se tenha uma “proposta que contemple os interesses da proteção e conservação ambiental como também da produção agropecuária em bases sustentáveis”.

A sugestão foi apresentada na semana passada, 27/08, ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O documento tem assinatura de 15 entidades do setor produtivo, como as Confederações da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Indústria (CNI), federações, cooperativas, secretarias de Estado e associações de produtores (veja lista completa ao final da matéria). A idéia

é implementar um grupo de trabalho para começar de imediato a revisão das leis ambientais.

Referindo-se à obrigação de destinar 20% das propriedades para



meteu a reformular – poderiam suprimir enormes quantidades de áreas hoje produtivas, “com reflexos negativos sobre a economia nacional, redução da renda rural e da pro-

vergentes mas que, na verdade, se completam”. As entidades elogiam a abertura de diálogo promovida pelo ministro do Meio Ambiente, na busca de uma solução adequada e de bom-senso.

Assinam o documento entregue ao Governo Federal as seguintes entidades: Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (SEAGRI-SP); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Federação das

## FAEP quer “trégua” até reformulação do decreto

Enquanto acontecem as discussões para modificar o texto do Decreto 6514, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, garantiu que o IBAMA não irá aplicar as sanções previstas.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício ao secretário do Meio Ambiente do Paraná, Rasca Rodrigues, e ao presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Vitor Hugo Burko, solicitando que as autoridades estaduais sigam na mesma linha, se abstendo de utilizar o Decreto 6514 para fins da autuação a produtores rurais até que ele seja reformulado.

Reserva Legal, as entidades argumentam que “não se pode parar de produzir em áreas cultivadas há décadas, sem justificativas técnicas ou risco ecológico provável, sob mero pretexto de se cumprir dispositivos legais que estão totalmente dissociados da realidade rural brasileira”. “É injustificável”, diz o documento, “a obrigação de se demolir obras, indústrias e culturas consolidadas em áreas que a legislação hoje limita, impondo-se enorme prejuízo à sociedade e ao País”.

As normas recentes do Decreto 6514 – que o ministro se compro-

dução de alimentos, gerando pressão inflacionária e aumento do desemprego”.

As lideranças agropecuárias e industriais do País argumentam que todos sairão perdendo se for mantido o quadro atual “de insegurança jurídica e confronto entre demandas sociais e obrigações ambientais” que acabarão levando o setor “a um estado de pânico e incertezas”.

O compromisso é de buscar “incessantemente atender a todos os critérios da produção sustentável, conciliando, com equilíbrio, os interesses que aparentemente são di-

Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE); União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA); Sociedade Rural Brasileira (SRB); Aprosoja Brasil; Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Associação das Empresas Cerealistas do Brasil; União Brasileira de Avicultura (UBA); Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). ■

# Volume exportado não acompanha valorização de preços do agronegócio

O aumento dos preços internacionais favoreceu especialmente as exportações do complexo soja

A valorização dos preços, e não o volume exportado, tem sido responsável pelo aumento expressivo das receitas do agronegócio brasileiro. Em julho, as exportações atingiram US\$ 7,9 bilhões, somando US\$ 41,7 bilhões nos sete meses do ano, valor que supera em 30% o total das exportações do setor no mesmo período do ano passado. Trata-se de um recorde histórico, influenciado basicamente pelos altos preços dos alimentos. "Tudo indica que as exportações do agronegócio continuarão em ritmo forte, estimuladas pelos preços, mesmo que as quantidades exportadas nem sempre acompanhem o aquecimento do setor", prevê o assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Matheus Zanella.



O aumento dos preços internacionais favoreceu especialmente as exportações do complexo soja. Embora a quantidade exportada tenha aumentado apenas 7,9%, a elevação em 63,6% dos preços garantiu a exportação recorde de US\$ 11,9 bilhões, de janeiro a julho, o que representa um aumento de 76,6% em relação aos valores do mesmo período de 2007. Segundo

Zanella, a China é, hoje, o maior comprador de soja do Brasil, pois proporciona garantia de fornecimento do produto, enquanto Argentina e Estados Unidos enfrentam problemas para ofertar o produto ao mercado. A soja é base da alimentação e das rações utilizadas na agropecuária chinesa.

Os crescentes embarques de etanol contribuíram para a pequena recuperação do setor sucroalcooleiro, que vinha sofrendo quedas nas exportações em decorrência dos baixos preços do açúcar e do álcool. As exportações do setor atingiram US\$ 3,8 bilhões, de janeiro a julho, com crescimento de 3,5% em comparação a 2007.

O câmbio favorável e o aquecimento do consumo doméstico também favoreceram o crescimento das importações, que somaram US\$ 6,8 bilhões, de janeiro a julho deste ano, o que representa um aumento de 44,7% em relação ao mesmo período de 2007. Novamente, os altos preços internacionais determinaram o resultado das importações do agronegócio. No caso do trigo, responsável por um quinto do total das importações do setor, houve um crescimento de 41,8% em relação a 2007, somando US\$ 1,2 bilhão. ■

## Situações diferentes para o boi e o frango

Com bons resultados nas carnes de aves, bovina e suína, o complexo carne é o segundo maior segmento exportador do agronegócio brasileiro. As exportações de carne de frango cresceram 45,5% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2007, atingindo US\$ 3,7 bilhões, em consequência de quantidades e preços maiores.

Mas o crescimento das exportações de carne bovina registrou um ritmo menor, de 18,2%, alcançando US\$ 3,0 bilhões, influenciadas basicamente pelo aumento dos preços do produto. Segundo o assessor técnico da CNA, o segmento de carne bovina embarcou quantida-



des menores, pois persistem as restrições de fornecimento de carne bovina in natura para a União Européia, "ainda que um número cada vez maior de fazendas esteja sendo habilitado para exportar àquele bloco". As exportações de carne suína cresceram 36,3%, favorecidas pelos preços. ■

# Alta de insumos impede rentabilidade ao produtor

No acumulado deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) dos insumos agropecuários apresenta taxa de 10,37% e a produção primária soma 8,04%

O preço real dos fertilizantes aumentou 56,29% no período de um ano, a partir de maio de 2007. No mesmo intervalo de tempo, o volume de produção expandiu apenas 3,48%. No acumulado deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) dos insumos agropecuários apresenta taxa de 10,37% e a produção primária soma 8,04%. “Na prática, tais resultados não demonstram ganhos de rentabilidade para o produtor, que aumentou sua produção, mas enfrenta elevação dos preços dos insumos e, conseqüentemente, dos custos de produção”, afirma o superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ricardo Cotta Ferreira.

No caso das rações, o crescimento do preço real foi de 17,9%, em maio, comparado a maio de 2007, enquanto o volume produzido registrava alta de 8,34%. “O aumento nos preços das rações está sendo puxado principalmente pelo custo do fosfato bicálcico pelas mesmas razões dos fertilizantes fosfatados. Precisamos promover maior concorrência no fornecimento deste insumo com ampliação das importações.”, disse Ricardo Cotta. Segundo estimativas da CNA e Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), os insumos para a agricultura cresceram 2,79% em maio, enquanto os insumos pecuários atingiram taxa de 1,75% no período, acumulando taxas de 12,4% e 7,58% no ano.

O aumento do volume de produção agrícola e os preços pecuários sustentam o crescimento do PIB da produção primária. A agricultura acumula, no ano, crescimento de 9,90% em conseqüência, basicamente, da expansão do volume produzido de 8,30%. O segmento primário da pecuária cresceu 5,63% no acumulado dos cinco primeiros meses do ano. Leite e carne bovina se destacam no segmento em conseqüência da ex-



pansão dos preços. Carne suína e ovos seguem com preços firmes.

A agroindústria vegetal foi a principal responsável pelo modesto desempenho do segmento industrial da agropecuária este ano. Caiu de 0,44%, em abril, para 0,24%, em maio. Entre as 10 indústrias que compõem o segmento, apenas a indústria de óleos vegetais, outros alimentos, elementos químicos e café apresen-

taram taxas positivas de crescimento no mês. A indústria do açúcar segue com taxas negativas, embora apresente início de recuperação de preços e de volume de produção. Também considerado modesto, o crescimento da indústria de processamento animal soma 2,75% no ano. A retração na oferta de boi gordo contribuiu para limitação. Lideram o segmento a indústria de laticínios, com 5,42%. ■

## “Vamos deixar de produzir de 3 a 5 milhões de toneladas”



Luiz Antonio Fayet

Estradas esburacadas, portos precários e com deficiências operacionais. Estes gargalos de logística, aliados ao aumento de preço de fertilizantes e defensivos, vão desestimular o investimento na agropecuária em várias partes do País. A avaliação é do consultor de Logística da CNA, Luiz Antonio Fayet, para quem “neste ano o agronegócio deixará de produzir entre 3 e 5 milhões de toneladas de soja e mi-

lho”. “Em alguns casos a produção será anti-econômica, sinônimo de prejuízo”, observa Fayet.

“A logística já se constitui em fator de desaceleração da economia do agronegócio”, diz o economista. O alerta é que os prejuízos não se restringem às 5 milhões de toneladas que deixarão de ser produzidas, mas vão se estender pelas próximas safras, em volumes maiores, enquanto o Governo não atacar os problemas de logística. “Estamos perdendo uma oportunidade histórica de corrigir estes problemas e dar um salto quantitativo nas exportações. Há tempos aguardamos medidas eficazes para esse fim, como, por exemplo, a liberação dos investimentos privados nos portos”, diz Fayet. ■

# FAEP reitera pedido ao Governo para apoiar produtores de trigo

*De acordo com a última estimativa do IBGE, a área plantada de trigo esse ano no Paraná é de 1,11 milhão de hectares*

Se o governo federal não intervir com apoio no mercado de trigo, os produtores rurais vão amargar, novamente, grandes prejuízos. Segundo avaliação da FAEP, isso desestimulará o plantio, provocando o retorno da inflação.

Em 08 de agosto o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício ao governo solicitando apoio à comercialização do trigo. Passados dezoito dias, não houve nenhuma manifestação oficial de apoio aos produtores.

“Com o apoio do governo ao trigo importado, os moinhos estão abastecidos e o mercado interno travado, sem comercialização e comprador para o trigo nacional. Tal situação causa desespero para os produtores, que têm dívidas para pagar”, alerta Meneguette.

Segundo ele, nos últimos três meses as cotações do trigo desabaram no mercado internacional e interno, aumentando a preocupação dos produtores que enfrentam uma alta de 30% nos custos de produção na safra 2008/09. No mercado interno, o preço da saca de 60 quilos no Paraná recuou para R\$30,00 na média, de acordo com a Secretaria da Agricultura do Paraná (Deral/Seab).

## PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR RURAL NO PARANÁ

Produto	Junho (R\$/saca 60 kg)	Julho (R\$/saca 60 kg)	26 de agosto (R\$/saca 60 kg)	Redução de preço entre junho/agosto
Trigo	39,66	35,94	30,00	-24,35%

Fonte: Seab/Deral – Elaboração: FAEP/DTE

Segundo o último levantamento de custos da Conab, de 31 de março de 2008, os custos operacionais de produção do trigo no Paraná para a safra 2008/09 estão entre R\$32,76 em Ubitatã e R\$36,76 em Cascavel. Os custos

## CUSTO (em R\$) PARA PRODUZIR A SACADA DE 60 KG DE TRIGO NO PARANÁ

Custos	Ubitatã	Londrina	Cascavel
Custo operacional	32,76	34,65	36,79
Custo total	38,68	39,08	41,12

Fonte: Conab – Elaboração: FAEP/DTE

totais de produção em R\$38,68 e R\$41,12 respectivamente. Logo, os preços pagos aos produtores rurais já causam prejuízos.

De acordo com a última estimativa do IBGE, a área plantada de trigo esse ano no Paraná é de 1,11 milhão de hectares, ou seja, 34% maior que na safra anterior de 830 mil hectares.

A produção estimada é de 2,9 milhões de toneladas, 50% maior em relação à produção do ano passado, de 1,92 milhão de toneladas. Foi fundamental para esse resultado o estímulo do governo para o plantio e a melhoria das condições climáticas, que apesar de afetar o milho safrinha, não representou até o momento perdas para o trigo.

Meneguette lembra que os produtores rurais responderam ao estímulo do governo para aumentar a produção do trigo e ajudar no combate à inflação. O governo editou medidas desonerando a importação de trigo e

Portanto, destaca o presidente da FAEP, nesse momento de eminentemente dificuldade de quem produziu trigo é necessário que o governo cumpra o compromisso de garantir os preços remuneradores aos produtores rurais, conforme anunciado na Política Nacional do Trigo e mais recentemente no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

O consumidor e os moinhos de trigo foram beneficiados pelas medidas adotadas pelo governo e pelo aumento da área de produção do trigo, que reflete também na atual baixa nas cotações e na tendência de maior redução dos preços pagos aos produtores, aproximando-se rapidamente do assegurado na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de R\$28,80.

A safra de trigo que será colhida este ano incorporou, na implantação da cultura, o elevado aumento dos preços de fertilizantes, que representam 25% do custo de produção. Portanto, o referencial da PGPM de R\$28,80 precisa ser reajustado, conforme o levantamento de custos de produção da Conab.

“Diante do exposto, solicito que o governo apóie a comercialização do trigo para garantir o escoamento de pelo menos 50% da produção nacional. Faz-se necessário, em caráter de emergência, a divulgação do lançamento de leilões para escoamento da produção do trigo utilizando mecanismos como o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), conclui Ágide Meneguette. ■

## MERCADO - CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

# Petróleo dá suporte aos preços da soja no mercado mundial

O mês de agosto foi marcado por altos e baixos nos pregões da Bolsa de Chicago (CBOT).

O mercado de commodities agrícolas tem por característica a extrema sensibilidade a qualquer notícia.

Alternando dias de sobe e desce, os preços da soja em grão experimentaram volatilidade frente a cada nova notícia de clima e do desempenho do petróleo e metais. A valorização do dólar frente às demais moedas também colaborou para a oscilação em determinados momentos.

A valorização do dólar provoca efeito de baixa nos preços das commodities agrícolas. Já a queda do dólar em relação às principais moedas internacionais, provoca efeito inverso e estimula os investidores a comprarem matéria-prima para proteger seus portfólios da inflação.

O Federal Reserve (FED, banco central dos Estados Unidos) revisou as previsões de crescimento da economia e tem expectativa que a inflação recue nos próximos meses. Por outro lado, fontes próximas ao FED prevêem que a atividade econômica deverá continuar fraca por vários trimestres e os reflexos serão percebidos ao longo do segundo semestre de 2008 e no transcorrer de 2009.

A par disso, em relação ao petróleo as previsões de que o furacão Gustav afete as instalações das petroleiras do Golfo do México (representam 20% da produção de óleo cru), repercutiram nos preços da commodity.

Na visão do mercado, o reconhecimento pela Rússia da independência das regiões separatistas da Geórgia também contribuiu para o aumento do petróleo. Existem rumores que, isolada, a Rússia, segundo maior produtor mundial, ponha em risco a oferta de óleo cru do país.

Nos últimos dias, o recrudescimento do receio de que as condições desfavoráveis de clima no período de plantio tenham um efeito maior do que o até então divulgado

pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), no relatório de agosto, repercutiu no mercado de futuros pressionando para cima as cotações da soja em grão. Por outro lado, as notícias de clima seco na região na atual fase das lavouras também deram suporte aos preços. Agrega-se ainda o quadro ajustado de oferta e demanda de soja. Referidas variáveis conferem sustentação aos preços futuros da soja no mercado internacional, porquanto formam os fatores fundamentais de mercado.

A maior cotação internacional do grão registrada em agosto foi de US\$ 29,93/saca de 60 kg e aconteceu no dia 1º. O menor preço ocorreu no dia 08 de agosto (US\$ 26,43/saca de 60 kg), um recuo de US\$

3,50/saca de 60 kg no prazo de seis dias. Por outro lado, na última semana, o preço do grão praticamente logrou se aproximar dos patamares do início de agosto, conforme pode ser observado na figura apresentada.

Em igual período de 2007, o preço médio foi de US\$ 18,59/saca de 60 kg, cerca de 34% inferior à média obtida até 27 de agosto (US\$ 28,14/saca de 60 kg).

Nesse contexto analítico, é possível inferir que mesmo que as baixas na Bolsa de Chicago se tornem mais intensas, é pouco provável que os preços internacionais voltem a ficar abaixo da média histórica de US\$ 13,20/saca de 60 kg. As cotações vigentes estão 113% acima da média histórica internacional.

### SOJA – PREÇOS BOLSA DE CHICAGO – CONTRATOS PARA SETEMBRO

Dia	US\$/saca de 60 kg
<b>01.08 (maior cotação)</b>	<b>29,93</b>
04.08	28,34
05.08	27,75
06.08	26,94
07.08	27,40
<b>08.08 (menor cotação)</b>	<b>26,43</b>
11.08	26,78
12.08	26,91
13.08	27,99
14.08	27,45
15.08	26,70
18.08	28,19
19.08	27,93
20.08	28,52
21.08	29,56
22.08	29,21
25.08	29,52
26.08	29,48
27.08	29,71
<b>Média (19 DIAS)</b>	<b>28,14</b>

Fonte: BOLSA DE CHICAGO – CBOT – Elaboração FAEP-DTE

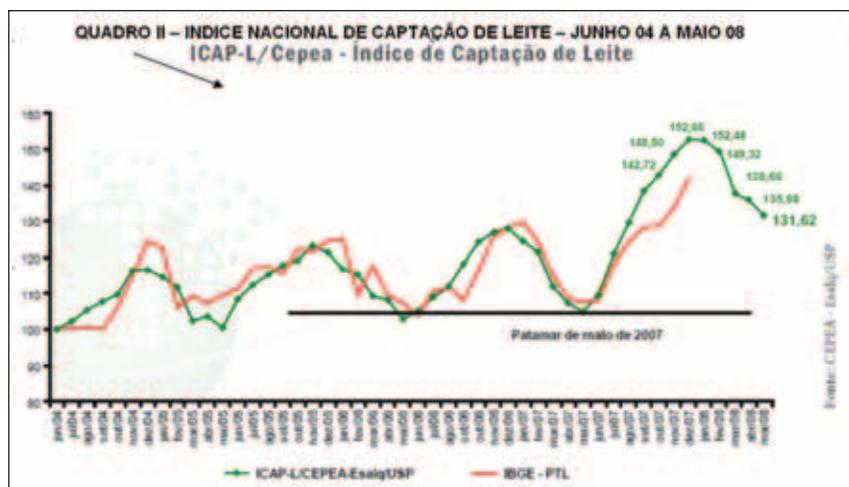
Gilda Bozza  
Economista - DTE / FAEP

# Leite: 2005 de novo?

Maria Silvia C. Digiovani

Como se voltássemos a 2005 o cenário se repete: o preço do leite ao produtor começa a cair em plena entressafra, sob a mesma alegação de três anos atrás: excesso de oferta.

Quem errou? As indústrias que se lançaram num movimento sem precedentes de aumento de capacidade instalada, fusões e aquisições acreditando numa demanda aquecida anunciada por todos os especialistas do setor? Os produtores que acreditaram no movimento indus-



# ANÁLISE

ORIGEM	Preços dos produtos US\$ / kg								
	Meses de Julho de 2008, 2007, 2006								
	manteiga			Pó desnatado			Pó integral		
	Jul08	Jul07	Jul06	Jul08	Jul07	Jul06	Jul08	Jul07	Jul06
Oeste da Europa	4,45	5,20	1,70	3,86	5,21	2,08	4,44	5,23	2,10
Oceania	4,05	3,13	1,70	3,60	5,15	2,08	4,37	4,65	2,10
Brasil	3,58	2,49	1,03	*4,73	*4,14	*2,00			
Argentina	-	-	-	3,40	3,12	2,11	4,17	3,12	2,19
Variação 2008/06									

880 mil lares das classes de menor poder aquisitivo cortassem as despesas com a cesta básica.

No mercado internacional os preços estão abaixo dos recordes verificados em 2007, porém muito acima da média histórica.

As exportações brasileiras continuam crescendo, tanto em volume quanto em valor, não obstante a relação desfavorável entre real e dólar.

Como já aconteceu em 2005, de uma forma ou outra o setor vai se ajustando, seja diminuindo produção, seja diminuindo custos (se é que ainda há espaço para

apertar o cinto), seja alcançando novos mercados. Segundo o professor Geraldo Barros da ESALQ/USP/

Cepea, alguma reação positiva já se verifica: O Financial Times publicou que na semana de 11 a 15 de agosto as commodities mostraram as maiores altas em uma semana dos últimos 3 anos.

Ainda segundo o professor uma explicação para isso é a revisão de expectativas do crescimento mundial. O mercado estava considerando que a aceleração inflacionária iria forçar os principais países em crescimento a diminuir o ritmo, principalmente a China.

Porém, a China pós olimpíadas dá sinais de aceleração de

	BRASIL e PARANA							
	Exportações e Importações acumulado jan. a jul. 2008							
	PARANA				BRASIL			
	Exportação (t)	Importação (t)	Exportação Mil US\$	Importação Mil US\$	Exportação (t)	Importação (t)	Exportação Mil US\$	Importação Mil US\$
Leite longa vida	----	0,346	---	---	2.605	1.937	4.680	1.018
Leite em pó integral + desn.+semi desn.	1575	1.194	6.523,2	5.092	42.868	11.145	197.605	65.689
Leite evaporado	-	-	---	-	1.312		2.195	
Leite condensado	0.825	-	5,7	-	24.143	0	43.542	0
Creme de leite	0.778	-	2,5	-	90	2	176	8
logurtes	-	-	---	-	1.222	90	2.295	460
Soro de leite		4.060		4.810	3,15	22.156	21	38.139
Manteiga	375	-	1.225	-	2.784	277	9.600	1.358
Queijos	838	142	3.361	989	4.317	1.905	18.607	16.753
Leite modificado*	0,1	-	0,847	-	2.502	114	11.417	39
Doce de leite	8,4	146	14	211	150	310	356	673
Leitelho**	466	-	1.861	-	---	-	---	-
demais produtos	0,36	25	1,737	237	---	-	---	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.265</b>	<b>5.567</b>	<b>12.794</b>	<b>11.361</b>	<b>81.997</b>	<b>37.937</b>	<b>290.493</b>	<b>124.138</b>

Produto	Exportação em kg		Exportação em US\$	
	Variação %		Variação %	
	2008 em relação 2007		2008 em relação 2007	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
Leite longa vida	-10		+ 24,3	
Leite em pó integral + desn.+semi desn.	+141	+31	+ 278	+90,2
Leite evaporado	-6	-	+ 42,9	-
Leite condensado	+70	+132	+ 122	+198
Creme de leite	-28	-	- 3	-
logurtes	+15	-	+ 67	-
Soro de leite	-57	-	+78	-
Manteiga	+101	+69.344	+212	+168
Queijos	+5	+1,6	+ 56	+34
Leite modificado*	-40		-17	-
Doce de leite	-97	-0,5	+27	-22
Leitelho**	-	+103,7	-	+120
demais produtos	-	-64	-	-51
<b>TOTAL</b>	<b>+56%</b>	<b>+44%</b>	<b>+170%</b>	<b>+90,6%</b>

crescimento, conforme declaração do vice primeiro ministro aos jornais incitando os agentes econômicos a acelerarem o crescimento do a uma esperada queda das importações do resto do mundo.

Os quadros apresentados mostram números favoráveis de um setor consolidado mas que ainda tem que se aprimorar no tocante a coordenação de cadeia, para, no futuro, não sofrer tanto com os "humores" do mercado.

A queda nos preços não deverá ter a mesma duração nem a mesma intensidade que em 2005, porque hoje o cenário mundial é de falta de alimentos.

Maria Sílvia C. Digiovani  
é Engenheira Agrônoma do DTE / FAEP

# Ministério da Agricultura melhora apoio ao seguro com novas culturas

A elevação nos percentuais de subvenção de algumas culturas, a inclusão de novas e a unificação dos limites financeiros da modalidade agrícola são as principais alterações do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural a partir de 2009. O Comitê Gestor do Seguro Rural aprovou as alterações com o objetivo de consolidar e expandir o programa. "As modificações foram feitas com o objetivo de atrair médios e grandes produtores, sobretudo das regiões Centro-Oeste, oeste da Bahia e das novas fronteiras agrícolas para o Seguro Rural", explica o diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural, Wellington Soares de Almeida.

As alterações, que vigoram a partir de janeiro de 2009, serão regulamentadas por decreto presidencial. As culturas que tiveram os percentuais de subvenção ao prêmio

do seguro rural elevados são: milho (segunda safra), feijão e trigo, passaram de 60% para 70%; aveia, canola, cevada, centeio, maçã, sorgo, triticale e uva, de 50% para 60%; ameixa, caqui, figo, kiwi, nectarina, pêra e pêssego, de 40 para 60%.

Além disso, foram incluídas novas culturas no Programa: linho, com percentual de subvenção de 60%; abacate, abóbora, abobrinha, atemóia, banana, cacau, caju, cherimóia, chuchu, ervilha, escarola (chicória), fava, graviola, jiló, lichia, lima, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, pimenta, pinha, quiabo, sisal, tangerina, demais hortaliças e legumes, com percentual de subvenção de 40%.

Outro importante item aprovado foi a unificação do limite financeiro para a modalidade agrícola

la em R\$ 96 mil por ano, mantendo-se o limite financeiro de R\$ 32 mil para cada uma das modalidades: pecuária, florestas e aquícola.

A FAEP havia solicitado, na construção do Plano Safra desse ano, o aumento da subvenção do feijão, trigo e milho da segunda safra. Segundo o economista da entidade, Pedro Loyola, as culturas de inverno apresentam alto risco e custo de apólice. No entanto, essas culturas são essenciais para a cesta básica e o controle inflacionário. "Incentivar o investimento em feijão, milho segunda safra e trigo, melhora as condições de abastecimento interno, reduz a importação de trigo e farinha de trigo, especialmente da Argentina, com impacto na Balança Comercial e gera divisas para o Brasil. Portanto, o governo acertou ao dar melhores condições de acesso ao seguro agrícola aos produtores", afirmou. ■

PERCENTUAIS E LIMITES FINANCEIROS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL			
ATIVIDADE	PRODUTOS	PERCENTUAL DE SUBVENÇÃO	LIMITE FINANCEIRO
AGRÍCOLA GRUPO I	FEIJÃO, MILHO SEGUNDA SAFRA E TRIGO	70	R\$ 96.000,00
AGRÍCOLA GRUPO II	AMEIXA, AVEIA, CANOLA, CAQUI, CEVADA, CENTEIO, FIGO, KIWI, <b>LINHO</b> , MAÇÃ, NECTARINA, PÊRA, PÊSSEGO, SORGO, TRITICALE E UVA	60	
AGRÍCOLA GRUPO III	ALGODÃO, ARROZ, MILHO E SOJA	50	
AGRÍCOLA GRUPO IV	<b>ABACATE, ABAÇAXI, ABÓBORA, ABOBRINHA, ALFACE, ALHO, AMENDOIM, ATEMÓIA, BANANA, BATATA, BERINJELA, BETERRABA, CACAU, CAFÉ, CAJU, CANA-DE-AÇUCAR, CEBOLA, CENOURA, CHERIMÓIA, CHUCHU, COUVE-FLORES, ERVILHA, ESCAROLA (chicória), FAVA, GIRASSOL, GOIABA, GRAVIOLA, JILÓ, LARANJA, LICHIA, LIMA, LIMÃO E DEMAIS CITRUS, MAMÃO, MAMONA, MANDIOCA, MANGA, MARACUJÁ, MELANCIA, MELÃO, MORANGO, PEPINO, PIMENTA, PIMENTÃO, PINHA, QUIABO, REPOLHO, SISAL, TANGERINA, TOMATE, VAGEM, DEMAIS HORTALIÇAS E LEGUMES.</b>	40	
PECUÁRIO		30	R\$ 32.000,00
FLORESTAS		30	R\$ 32.000,00
AQUÍCOLA		30	R\$ 32.000,00

\* EM VERMELHO: NOVOS PRODUTOS E PERCENTUAIS ALTERADOS

# Senado aprova renegociação das dívidas de 2,8 milhões de agricultores

O Plenário do Senado fez na quarta-feira (27/08) a última votação de um projeto que autoriza o governo a renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de 2,8 milhões de agricultores, algumas contraídas pelos produtores ainda nas décadas de 80 e 90.

O Senado manteve todas as mudanças que os deputados haviam feito na Medida Provisória agora transformada no Projeto de Lei de Conversão. Com isso, a proposta vai à sanção do presidente da República.

O projeto autoriza a renegociação de 32 tipos diferentes de financiamento rural, dependendo da origem do dinheiro, inclusive dívidas que já haviam sido renegociadas. São dívidas tomadas para custeio dos mais diferentes plantios e para investimentos. A proposta concede descontos que vão de 5% a 45% sobre o saldo devedor para quem fizer pagamentos antecipados e os juros variam de 3% a 12%. Essas dívidas foram tomadas por pequenos agricultores familiares, as-



sentados da reforma agrária, médios produtores e "agricultores empresariais". O governo acredita que deixará de receber cerca de R\$ 9 bilhões da dívida, por causa dos descontos.

Até produtores que já vêm sendo executados (dívida ativa) poderão se beneficiar da renegociação, com até dez anos para pagamento. O go-

verno havia aceitado na MP 432/08 incluir esses devedores na renegociação, mas exigiu que eles pagassem juros idênticos à taxa Selic (13% ao ano). Durante a votação na Câmara, foi aprovada uma emenda que mudou o indexador para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje fixada em 6,25% ao ano. Com informações da Agência Senado. ■

## Vazio sanitário da soja será encerrado em 15 de setembro

O período de vazio sanitário da soja no Paraná termina no dia 15 de setembro, medida adotada pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento para reduzir os focos da ferrugem asiática, doença que provoca prejuízos econômicos às lavouras. Até lá, o produtor deve manter a área sem nenhum tipo de plantio de soja ou restevras das plantas.

Para o plantio de soja da safra 2008/09, a Secretaria da Agricultura alerta o produtor para que atenda a recomendação da pesquisa para o período ideal de plantio, que no Paraná inicia a partir de 1º de outubro na maioria dos municípios.

O Paraná adotou o vazio sanitário para o plantio de soja este

ano pela primeira vez. Ele está em vigor desde 15 de junho quando foi recomendado que o agricultor destruísse quaisquer remanescentes de plantas de soja e suas restevras no campo. A iniciativa é uma medida sanitária que visa o controle da Ferrugem Asiática. Com a eliminação das plantas vivas, elimina-se também o hospedeiro da doença, explicou a engenheira agrônoma, Maria Celeste Marcondes, responsável pela área de Sanidade de Grandes Culturas.

De acordo com a Embrapa Soja, em Londrina, desde que os Estados produtores de soja adotaram a medida de controle da ferrugem asiática por meio do vazio sanitá-

rio, a aplicação de fungicidas nas lavouras manteve-se numa média estável de duas aplicações por hectare. De acordo com os técnicos, o produtor deve fazer o monitoramento e acompanhar a incidência do fungo da doença na região. Esse acompanhamento ele pode fazer também via internet pelo site:

[www.controleantiferrugem.com.br](http://www.controleantiferrugem.com.br)

O site criado pela Embrapa é alimentado por 99 laboratórios distribuídos nas regiões produtoras. Quando eles detectam a existência de fungos, automaticamente eles atualizam o site para que o produtor possa ficar sabendo da incidência do fungo naquela região para adotar as providências. ■

# Dívida agrícola

\* Eduardo Sciarra



Deputado federal Eduardo Sciarra

Depois de aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, seguiu para o Senado Federal a Medida Provisória 432/08, que renegocia 85,7% das dívidas dos agricultores brasileiros, o que representa R\$ 75 bilhões de um total de R\$ 87,5 bilhões. Entre as numerosas emendas parlamentares examinada pelo relator da matéria, deputado Luís Carlos Heinze (PP/RS), foram aprovadas duas que, a meu ver, merecem ser destacadas.

A primeira delas substituiu a taxa Selic (hoje, na faixa de 13%) pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP – (situada atualmente em 6,25%) na indexação da dívida ativa rural, objeto da MP. A mesma emenda suprimiu exigências que haviam sido impostas aos devedores pelo texto original do governo, tais como a da confissão do total de débitos e a da desistência de todas as ações judiciais sobre a dívida renegociada. Sempre impaciente com as regras do Estado Democrático estabelecidas pela Constituição para proteger os cidadãos, o governo Lula, se pudesse, obstruiria o acesso deles à Justiça, negando-lhes o sagrado direito de proteger seus

legítimos interesses contra a burocracia todo-poderosa.

A segunda importante emenda incorporada ao projeto de conversão permitiu ao devedor rever as garantias apresentadas na contratação do empréstimo para reduzi-las em caso de excesso.

Longe de constituir-se na solução ideal, foi a solução possível. Aliás, está coberto de razão o líder do meu partido na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), quando contesta, veementemente, o próprio valor da negociação (estimada, como disse acima, em R\$ 70 bi). Esclarece Caiado que a negociação não ultrapassaria a soma comparativamente muito mais modesta de R\$ 1 bilhão, dividida em parcelas de R\$ 200 milhões por ano. Assim, a proposta oferecida pelo governo à sacrificada família rural brasileira não passaria de mais um “grande factóide”, servindo tão-somente para fazer manchete de jornal, sem mudar a situação dos pequenos agricultores, marginalizados do crédito rural.

Que fique bem claro: a negociação não é dádiva nem benesse oficial; afinal, a quebradeira do campo foi, em grande medida, conseqüência da catastrófica resaca de planos econômicos passados (Cruzado, Verão, Collor) que catapultaram a níveis elevadíssimos o valor das dívidas, muito acima da capacidade de pagamento de quem trabalha de sol a sol para retirar seu sustento da terra e, com isso, alimentar o país e o mundo.

Esse quadro é agravado por dois outros fatores que também fogem totalmente ao controle da famí-

lia rural brasileira, esmagando suas margens de lucro: a recente disparada dos preços dos fertilizantes, de um lado; e as péssimas condições da infra-estrutura viária e logística, de outro.

Quanto a este segundo aspecto, de que adianta o agronegócio, com a louvável assistência da Embrapa, haver acumulado laboriosamente significativos ganhos de produtividade e competitividade da porteira da fazenda para dentro, se, dela para fora, os portos vivem congestionados e mal-administrados? Se as estradas são mal conservadas? Se, para ficar num único exemplo, a soja colhida em Mato Grosso, em vez de ser segura e economicamente despachada, por hidrovias, até o porto maranhense de Itaqui, pertinho dos mercados do Hemisfério Norte, se essa soja – repito – precisa enfrentar uma longa, acidentada, cara e perigosa viagem de carreta até o porto de Santos? Essa jornada corresponde a 45% da estrutura de custos de produção e comercialização do produto! Enquanto isso, conforme denuncia a imprensa, o governo Lula continua gastando tanto ou mais em autopromoção publicitária do que nas obras públicas que são de sua obrigação...

Para concluir, nós, parlamentares que defendemos o agronegócio e a família rural brasileira, devemos ficar muito atentos à tramitação da MP no Senado. A equipe econômica do governo quer anular as mudanças positivas introduzidas na Câmara, como a correção dos débitos, entre outras. Todo cuidado é pouco: nesse governo muito pirotécnico e pouco sério, o que é ruim pode ficar pior...

\*Eduardo Sciarra

é deputado federal e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional. Artigo publicado originalmente no jornal Gazeta do Povo de 27/08/2008

# Aprovada emenda de Osmar Dias sobre terras em faixa de fronteira

Senador Osmar Dias

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quarta-feira (27), emenda do senador Osmar Dias, que agiliza a titularidade da terra de produtores na área de fronteira. Aprovada juntamente com substitutivo ao projeto (PLS 475/03), que prorroga o prazo para ratificações de concessões e alienações de terras em áreas situadas nas faixas fronteiriças, a proposta do senador paranaense dá prazo de dois anos para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se pronuncie sobre os pedidos de ratificação e autorização dos títulos de terras.

Não havendo manifestação

aguardam a ratificação do título das terras. O presidente do Incra assumiu comigo o compromisso de ir ao Paraná para regularizar as terras da área de fronteira, mas não foi. Há dez anos o Instituto não cumpre com a sua obrigação”, afirma.

No Paraná 27,8% das propriedades rurais estão situadas na faixa de fronteira. São 139 municípios paranaenses na faixa de fronteira, enquanto no Rio Grande do Sul são 182 cidades, em Rondônia são 27 municípios. Em todo o Brasil

570 municípios estão situados dentro da faixa de fronteira.

Para Osmar Dias, o limite de dois anos para a regularização das propriedades dá ao Incra a mesma responsabilidade hoje atribuída apenas aos proprietários rurais da faixa de fronteira, que têm igual prazo para apresentar documentos que comprovem a titularidade da terra. “É um grande problema a falta de ratificação dos títulos nos 150 quilômetros de faixa de fronteira. Os proprietários fazem a sua parte, mas o instituto não. Agora

do órgão, os pedidos serão automaticamente considerados aprovados. “Sem ser reconhecido como o dono

da terra o produtor não tem segurança para plantar. Só no Paraná são 40 mil propriedades rurais que

eles terão a resposta do Incra ou a ratificação automática”, finaliza o Senador. ■



# Projeto piloto reorganiza conselhos de sanidade a partir do Sudoeste

O Encontro de Mobilização para Reanimação dos CSAs aconteceu dia 20 de agosto, em Pato Branco, e dia 21 em Francisco Beltrão

Começou em Francisco Beltrão e Pato Branco, no Sudoeste, um projeto piloto para reorganização dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs). Nesta nova fase, os conselhos, que constituem sociedade civil sem fins lucrativos, devem ter mais força e representatividade na tarefa de zelar pela sanidade animal e vegetal dos produtos da agropecuária paranaense.

O Encontro de Mobilização para Reanimação dos CSAs aconteceu dia 20 de agosto, em Pato Branco, e dia 21 em Francisco Beltrão. Em cada uma das reuniões estiveram mais de 130 pessoas, mobilizadas pelos núcleos regionais de agricultura e pelos sindicatos rurais.

Participaram também técnicos da SEAB e EMATER e lideranças do setor produtivo agropecuário da região como cooperativas, casas agropecuárias e associações de produtores.

A nova proposta de composição dos CSAs, apresentada por Eliel de Freitas, secretário-executivo do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA), prevê que, além da presidência da entidade, também a secretaria executiva seja de responsabilidade da iniciativa privada, sendo as diretorias técnicas (vegetal e animal) assumidas por técnicos da SEAB e EMATER.

Nesta nova versão da estrutura se propõe também uma mai-



or participação das prefeituras, que deverão assumir a diretoria de mobilização para maior integração das atividades de defesa agropecuária entre os níveis estadual e municipal, preparando assim o terreno para implantação da nova legislação do Sistema Único de Sanidade Agropecuária (SUASA). “Devem ser pessoas que tenham domínio da área e das questões de sanidade e que assessorem as tomadas de decisões”, diz o chefe do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis) da Secretaria da Agricultura, Silmar Bürer.

Entre as atividades de reestruturação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária estão previstas diversas ações de educação sani-

tária voltadas para lideranças rurais, técnicos do setor produtivo e do setor público e produtores em geral. Para execução destas ações de educação sanitária será envolvida a estrutura técnica do SENAR-PR e também foi reativada a Divisão de Educação Sanitária da SEAB.

A função básica dos conselhos é mobilizar produtores para vacinações e ações de controle de pragas e doenças, além de atuar diretamente nas vacinações e na fiscalização, especialmente nos municípios de menor desenvolvimento e de maior carência no sistema de defesa e de controle. O diretor-executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (FUNDEPEC), Ronei Volpi, destacou que sanidade é uma questão de acesso a mercados. “Hoje, para se ter um bom desempenho no mercado é preciso garantia de qualidade. E a sanidade é um fator fundamental”, disse. “A palavra de ordem no mundo todo é ‘direito do consumidor’”. “Ou seja, direito a ter alimentos seguros, direitos a ter informação do que compõe os alimentos. Quem não prestar atenção nisso, ficará fora do mercado”, acrescenta Volpi. ■

# Produtor de peixe

*Xico Graziano*

Continua incerto o destino do Ministério da Pesca. Pudera. Ninguém conseguia entender a urgência da Medida Provisória que o propunha. A relevância da matéria se esconde na trapalhada da política mentirosa. Parece conversa de pescador.

Há que se distinguir pesca de aquicultura. A pesca se pratica sobre os cardumes livres, existentes nos mares salgados ou nas águas doces. Trata-se de uma captura da natureza. Já a aquicultura representa um processo de criação, em cativeiro, de organismos aquáticos. Aquela é extrativista, esta produtiva.

A pesca tradicional, em todo o mundo, há anos se compromete pelo declínio dos cardumes naturais. Primeiro, porque modernos barcos e alta tecnologia aumentaram a capacidade da rapina nos mares. Segundo, porque a poluição reduziu a reprodução dos cardumes de água doce. Resultado: a aquicultura mundial cresce a 9,2 % ao ano, contra apenas 1,4 % na pesca extrativa.

Os primeiros criadores de peixes foram os chineses, há 2.500 anos. Do Oriente, a piscicultura se expandiu pela Europa, através da Grécia e Itália. Os peixes, inicialmente, se destinavam ao abastecimento dos refeitórios de mosteiros europeus. Somente em meados do século passado a técnica começa a ser praticada com fins comerciais no Japão e nos EUA.

No Brasil, a história da piscicultura começa, verdadeiramente, em 1969. Pesquisadores da UNESP de Jaboticabal, comandados por Newton Castagnoli, estabelecem uma cooperação técnica com a extinta SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), construindo um centro de pesquisas nas proximidades da Cachoeira das Emas, rio Mogi Guaçu, em Piraçununga (SP).

Até então, a piscicultura tinha motivação ornamental, incluindo aquela ligada às tradições nipônicas, adoradores das coloridas carpas. O paradigma muda radicalmente nos anos 70, quando ocorre um salto no conhecimento científico. Os cientistas da zootecnia descobrem um eficiente método de

ovulação induzida, seguida da fertilização, nos peixes criados em cativeiro. Rompem, assim, o desígnio natural dos bichos.

Doses de hormônio gonadotrópicos, retirados da hipófise púscua, são injetadas na barriga, carregada de ovos, das fêmeas. Isso as estimula a desovar no aquário do laboratório. Em seguida, sêmen masculino se mistura ao límpido caldo. É fantástico. Em poucos dias milhares de minúsculos peixinhos nadam felizes. Alimentados com ração, tornam-se alevinos – forma juvenil dos peixes - quando passam para os tanques de recria e, depois, de engorda. Surge assim a piscicultura comercial.

O domínio da técnica da reprodução induzida ainda se aprimora. Inicialmente as pesquisas recaíram sobre a tilápia, uma espécie exótica, de origem africana. Depois a reprodução induzida chegou às espécies nativas, como o curimatã, tucunaré, pirarucu, pacu e tambaqui. Mais tarde, avança para peixes de couro, como o pintado. Hoje, hormônios extraídos de hipófises de rã incrementam os laboratórios piscícolas.

Estima-se que existam no país 128 mil aquicultores, com 80 mil hectares de espelho d'água e produção de 260 mil toneladas, representando 25% do pescado nacional. Contam-se 64 espécies sob exploração comercial, principalmente peixes (51), crustáceos (5) e moluscos (4). A tilápia lidera a piscicultura no continente. Nos mares, crescem a ostreicultura e a mitilicultura, a criação de mexilhões. Mas o camarão cultivado segue imbatível na economia aquícola.

Fazendas de camarão se destacam no Nordeste. A carcinocultura, porém, carrega o perigo ecológico. Ao avançar sobre manguezais ameaça frágeis ecossistemas próximos às regiões costeiras. Águas salobras se contaminam por dejetos orgânicos e resíduos químicos, incluindo antibióticos. Cocô de camarão polui mais que gente.

Produzir pescados e crustáceos, de forma sustentável, alivia a pressão da pesca extrativista sobre a natureza. Com o sumiço dos cardumes naturais, escas-

seia o pescado e eleva o preço na peixaria. Ao contrário, quanto mais peixe for criado, maior a oferta, melhor o preço, mais consumidores da branca e saborosa proteína. No mundo, o consumo de pescado atinge 16 kg/hab/ano. No Brasil mal chega a 3 kg.

As tradicionais colônias de pescadores do litoral brasileiro andam em crise. O defeso, período do ano quando se proíbe a pesca, cada vez mais necessário para ajudar na reprodução dos cardumes, cria enorme contingente de desocupados. Ora, o futuro desse sofrido pessoal reside na aquicultura, capaz de transformar o antigo pescador em produtor de pescado.

No oceano, a maricultura anima a nova geração de pescadores. No continente, o potencial da piscicultura é inestimável. Apenas nas águas represadas dos reservatórios da União existem 5,5 milhões de hectares propícios à criação intensiva de peixes. Lagos e açudes tecnicamente conduzidos produzem 500 quilos de pescado por hectare/ano. Utilizando-se tanques-rede, a produção pode chegar a 15.000 kg/ha. Proteína prá valer.

O clientelismo do Estado, porém, teima em sobrepujar o empreendedorismo. O auxílio-desemprego aos pescadores tradicionais cresce de forma assustadora. Em 2002, eram 92 mil beneficiários. Hoje se calcula que o seguro vá cobrir 600 mil pessoas. É o "bolsa-anzol".

O Brasil não precisa de nenhum Ministério para realizar a tarefa, fundamental, de engrandecer sua aquicultura. Pelo contrário. A estrutura de governo pode sucumbir ao irresistível cacoete do apadrinhamento político, subjugando cidadãos ao cômodo jogo do poder, alienando-os, tornando-os dependentes da esmola oficial.

Diz o velho ditado que ao invés de dar o peixe, é melhor ensinar a pescar. Agora mudou: mais vale criar o pescado.

Chico Graziano é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo  
 Texto disponível no site:  
[www.agrobrazil.agr.br](http://www.agrobrazil.agr.br)

# Consecana Paraná divulga projeção e preços da cana-de-açúcar

RESOLUÇÃO Nº 06 - SAFRA 2008/2009

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 28 de Agosto de 2.008 no auditorio da FAEP, em Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o

preço do ATR realizado em Agosto de 2.008 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2008/2009, que passam a vigorar a partir de 01 de Setembro de 2.008.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Agosto de 2.008 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM AGOSTO / 2008				
Safra 2008/2009 - preços em reais à vista				
PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS				
Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,24%	22,31	2,73%	22,78
AME	43,03%	21,29	35,49%	20,80
AEAd - ME	3,95%	747,58	5,36%	700,30
AEAd - MI	3,77%	871,31	7,40%	827,66
AEAof	0,17%	990,29	0,19%	905,98
AEHd - ME	16,21%	707,45	19,72%	651,12
AEHd - MI	30,63%	712,26	29,10%	710,23
AEHof	0,00%	-	0,00%	-
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	7,73%	812,14	12,79%	775,79
AEHd - ME+MI+of	46,92%	710,60	48,92%	686,35
PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO				
Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,24%	0,2530	2,73%	0,2583
AME	43,03%	0,2414	35,49%	0,2358
AEAd - ME	3,95%	0,2555	5,36%	0,2394
AEAd - MI	3,77%	0,2978	7,40%	0,2829
AEAof	0,17%	0,3385	0,19%	0,3097
AEHd - ME	16,21%	0,2524	19,72%	0,2323
AEHd - MI	30,63%	0,2541	29,10%	0,2533
AEHof	0,00%	-	0,00%	-
Média		0,2502		0,2446
Obs: 1) AEAd - ME+MI	7,73%	0,2776	12,79%	0,2652
AEHd - ME+MI	46,92%	0,2535	48,92%	0,2448

## Projeção de preço da cana-de-açúcar - média do estado do Paraná - Safra 2008/2009 - preços em reais à vista

Preço dos produtos - PVU  
sem impostos

Preço líquido do ATR  
por produto

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t  
121,9676 kg ATR

Produtos	Mix	Média
AMI	3,32%	25,00
AME	41,77%	18,96
AEAd - ME	4,10%	662,56
AEAd - MI	10,09%	839,31
AEAof	0,07%	905,98
AEHd - ME	13,67%	627,26
AEHd - MI	26,99%	744,31
AEHof	0,00%	-

Produtos	Mix	Média
AMI	3,32%	0,2835
AME	41,77%	0,2150
AEAd - ME	4,10%	0,2265
AEAd - MI	10,09%	0,2869
AEAd - MI	0,07%	0,3232
AEHd - ME	13,67%	0,2238
AEHd - MI	26,99%	0,2655
AEHof	0,00%	-
Media		0,2399

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	26,19	29,26
PIS/COFINS (*)	0,99	1,11
TOTAL	27,18	30,37

Curitiba, 28 de agosto de 2008  
PAULO SIDNEY ZAMBON  
Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS  
Vice-Presidente

# Novos mobilizadores conhecem trabalho do SENAR-PR no Estado

*Funcionários contratados pelos sindicatos são apresentados aos processos de supervisão, satisfação do cliente e melhoria contínua, entre outros*

“É fundamental que os mobilizadores assumam seus postos com a exata noção da importância de seu papel para o SENAR-PR”, iniciou a pedagoga Josimeri Grein, uma das técnicas responsáveis pela formação de mobilizadores realizada no Centro de Treinamento (CTA) de Assis Chateaubriand nos dias 21 e 22 de agosto, ao lado do engenheiro florestal Néder Maciel Corso.

O curso foi dirigido a mobilizadores que nunca haviam passado por treinamento anteriormente. Sindicatos rurais de cinco regionais do SENAR-PR puderam inscrever seus funcionários: Norte, Entre-Rios, Oeste, Centro e Sudoeste. Mobilizadores das demais regionais farão o mesmo treinamento nos dias 16 e 17 de setembro no CTA de Ibiporã. “Esta formação tem, como principal objetivo, preparar estes profissionais para atuar na estruturação e execução das ações e atividades do SENAR-PR”, explicou Corso.

Os conteúdos do treinamento são focados em quatro pontos principais: o SENAR-PR como



instituição, os fundamentos da educação, os processos de mobilização e de supervisão. “Tentamos passar aos participantes o quão importante é o papel deles, como mobilizadores, influenciando diretamente na qualidade das ações desenvolvidas pelo SENAR-PR”, disse Corso. “O trabalho deles bem feito significa melhoria na qualidade de vida no meio rural”, acrescentou Grein.

A segunda etapa do treinamento está prevista para acontecer com os supervisores regionais do SENAR-PR, ocasião em que será apresentado o Plano Estratégico de Mobilização (PEM). ■

## SENAR-PR habilita novos instrutores em gestão

Catorze candidatos participaram de formação de instrutores para cursos na área de Gestão Rural. O evento teve início no dia 25 e encerrou no dia 30 no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Ibiporã. “A formação foi realizada para suprir a falta de instrutores em gestão, já que a demanda por cursos nesta área vem aumentando em todo o estado”, explicou Virmond Richardson de Lemos, técnico do SENAR-PR responsável pelo evento. As aulas foram ministradas pelo instrutor Gumerindo Fernandes, que presta serviços ao SENAR-PR. ■



# Aplicação de agrotóxicos em Marilândia do Sul

Produtores rurais de Marilândia do Sul concluíram no dia 13 de agosto um treinamento de três dias em aplicação de agrotóxicos. De acordo com informações do Sindicato Rural, a procura foi tão grande que já há outras duas turmas agendadas para o mês de outubro.

O objetivo do curso, que teve como instrutor Jair Telles de Proença, que presta serviços ao SENAR-PR, é o emprego de técnicas corretas na aplicação de agrotóxicos com pulverizador de barras e costal manual de forma precisa e segura.

Para o mobilizador do sindi-

cato, Marcos Antônio da Silva, o grande atrativo do curso para a região, que é produtora de olerícolas, é a preocupação de produtores e trabalhadores em estar atuando adequados à legislação vigente no que diz respeito à capacitação para o uso de defensivos agrícolas. ■

## São João

Em São João, no sudoeste do estado, o Sindicato Rural fechou duas turmas para o curso de Aplicação de agrotóxicos no mês de agosto. Entre os dias 5 e 7, o treinamento foi realizado para produtores da Linha Bela Vista e, entre os dias 12 e 14, no Colégio Estadual de Dois Irmãos. As aulas foram ministradas pelo instrutor Miguel Luiz Severino Alves, que presta serviços ao SENAR-PR. O curso é uma exigência da Norma Regulamentadora (NR31) a todos aqueles que trabalham com aplicação de agrotóxicos. O principal objetivo é a segurança do trabalhador no momento de aplicação e da manipulação dos produtos. ■



## Nova Cantu promove curso de Casqueamento

O Sindicato Rural de nova Cantu em parceria com o SENAR-PR, promoveu o curso de Casqueamento em Bovinocultura de Leite.

Foram treinados 14 participantes entre produtores e técnicos nos dias 18 e 19 de agosto.

A teoria foi passada na sala do Sindicato, e a prática foi realizada na propriedade de Luiz Ubaldo, que também participou do curso. ■



**Colhedoras** – Nos dias 25 e 26 de agosto, o sindicato realizou o Curso de Operação e Manutenção de Colheitadeiras. Élon Buaski, que presta serviços para o SENAR foi o instrutor, para 12 participantes. ■

# O tempo de deslocamento do trabalhador rural

A consideração do tempo de deslocamento do trabalhador até seu local de trabalho, teve origem na jurisprudência dos Tribunais trabalhistas. No meio rural esse tema ganha relevância em razão do percurso às vezes longo, gerando as chamadas horas de deslocamento, ou horas in itinere. Foi somente com o acréscimo do § 2º. ao artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, que o tema passou a ter previsão legal. Desde então, discute-se quanto à possibilidade de convencionar-se o tempo de deslocamento, em instrumentos coletivos.

O Tribunal Superior do Trabalho entende que há autorização para negociar tempo à disposição do empregador, mediante restrição das horas "in itinere", pois não se tratam essas de direito trabalhista irrenunciável.

Passível, assim, de celebração de negociação coletiva, mediante definição do tempo médio de percurso pelos trabalhadores, delimitando-se as horas in itinere, em consonância com a previsão constitucional do artigo 7º., inciso XXVI. Nesse caso, inexistente empecilho legal à pré-fixação da jornada itinerante em negociação

coletiva, desde que não haja supressão de direito, mas tão somente transação quanto ao tempo gasto.

Prevalecerá, dessa forma, o acordo sindical representativo das categorias obreira e econômica, não havendo violação às garantias constitucionais, pois as horas de deslocamento não se encontram entre o rol de direitos trabalhistas irrenunciáveis, unicamente fixando-se o tempo de deslocamento pela convenção e forma de remuneração.

Nesse sentido tem sido as atuais decisões do Tribunal Superior do Trabalho, a exemplo do acórdão do Ministro João Oreste Dalazen, assim posto em certo trecho: "Se as partes decidiram delimitar as horas in itinere, há que se conferir validade à cláusula de instrumento coletivo, sendo incabível interpretação extensiva à norma coletiva para deferir diferenças de horas de acordo com o tempo despendido no percurso, sob pena de violação ao artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal." (TST, RR - 39/2005-271-06-00).

Definiu a jurisprudência, assim, pela validade da regula-

mentação do tempo gasto em transporte, em consonância com o permissivo constitucional, restrito a não haver exclusão do direito a percepção de horas in itinere, mas apenas sua definição ou limitação.

Em outra decisão, definiu o Ministro Alberto Bresciani que "convinde às categorias interessadas, dentro da dialética inerente ao conglobamento, estabelecer duração única para a apuração de horas in itinere, desta forma devidas a todo o universo de trabalhadores alcançados, nenhum ilícito remanescerá, resguardado que permanece o direito à percepção da parcela" (TST, RR - 51715/2002-025-09-40).

A validade ou não da cláusula de Acordo coletivo que limita o pagamento das horas in itinere está condicionada, pois, à fixação do tempo e sua forma de remuneração, não podendo ser excluído o direito. Nesse caso, a convenção coletiva de trabalho terá força obrigatória, regendo os contratos individuais de trabalho dos empregados representados pela entidade sindical, a teor do artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.  
marcia\_rodacoski@uol.com.br



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar • Cep 80010-010  
Fone: 41 2169-7988 / Fax: 41 3323-2124  
Curitiba/Paraná  
faep@faep.com.br / www.faep.com.br

#### Presidente

Ágide Meneguette

#### Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Sebastião Olimpio Santaroza, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior

#### Diretores Secretários

Livaldo Gemin, Pedro Paulo de Mello

#### Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia, Paulo José Buso Júnior

#### Conselho Fiscal

Francisco C. do Nascimento, Luiz de Oliveira Netto, Lauro Lopes

#### Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar • Cep 80010-010  
Fone: 41 2106-0401 / Fax: 41 3323-1779  
Curitiba/Paraná  
senarpr@senarpr.org.br  
www.senarpr.org.br

#### Conselho Administrativo Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

#### Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP / Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC / Darci Piana - FECOMÉRCIO / Wilson Thiesen - OCEPAR

#### Conselho Fiscal Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP / Jairo Correa de Almeida - FETAEP / Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

#### Superintendência

Ronei Volpi

**Jornalista responsável:** Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator); André Franco (redator)  
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR  
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

# DECISÃO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA

**RECURSO ORDINÁRIO - RO 00045-2007-003-12-00-2**

**RECORRENTES:** CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA - E OUTRA (02)

**RECORRIDO:** I. B.

**RELATORA:** LÍLIA LEONOR ABREU

**EMENTA:**

**LEGITIMIDADE ATIVA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL.** A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - é parte legítima para a cobrança da contribuição sindical rural.

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da 1ª Vara do Trabalho de Criciúma, SC, sendo recorrentes **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA - E OUTRA (02)** e recorrido **I. B.**

Da decisão antecipada da lide que declarou a ilegitimidade ativa ad causam para lançar e cobrar contribuição sindical rural e extinguiu o processo sem julgamento do mérito recorrem as autoras a este egrégio Tribunal.

Nas razões recursais, sustentam as recorrentes que são detentoras do direito de exigir a contribuição sindical rural dos trabalhadores, conforme previsto na Lei nº 8.847/94.

O demandado não apresenta contra-razões.

É o relatório.

**VOTO**

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

**MÉRITO**

**ILEGITIMIDADE ATIVA**

O Juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem julgamento do mérito, por entender que às autoras (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - e Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - FAESC) não é assegurada por lei a condição de sujeito ativo da obrigação tributária.

Não comungo do posicionamento perfilhado pelo Juízo de origem.

Anteriormente, por força do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166/1971, a capacidade tributária para arrecadar o tributo em questão era atribuída ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo a sua cobrança efetivada em conjunto com o Imposto Territorial Rural - ITR.

Com o advento da Lei nº 8.022/1990, a arrecadação ficou a cargo da Secretaria da Receita Federal, que perdurou até a vigência da Lei nº 8.847/1994, quando lhe foi retirada a administração desse tributo, tendo sido indicadas a Confederação Nacional da Agricultura - CNA - e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - para o lançamento e a cobrança das contribuições sindicais rurais (art. 24, inc. I).

A seu turno, o art. 606 da CLT estabelece que "às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho".

A Lei nº 9.393/1996, em seu art. 17, inc. II, permite a celebração de convênios entre a Secretaria da Receita Federal e as confederações com a finalidade de fornecer dados cadastrais de imóveis rurais que possibilitem a cobrança das contribuições sindicais devidas àquelas entidades. Essa lei veio a fortalecer a legitimidade da CNA.

A contribuição pertence à Confederação Nacional da Agricultura, dentre outras entidades (CLT, art. 589). Está claro na legislação que ela é beneficiária. Seria desarrazoado, portanto, pensar em um credor sem legitimidade para propor a ação para cobrar o crédito.

Logo, a CNA tem a prerrogativa para a cobrança da contribuição sindical rural, posição inclusive adotada pelo STJ, a saber:

"DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. BITRIBUTAÇÃO. QUESTÃO DECIDIDA SOB ÓTICA EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA.

(...)

2. A Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural. Precedentes da Primeira Turma.

3. Recurso especial conhecido em parte e provido também em parte. "(REsp 734034/SP, Rei. Min. Castro Meira, pub. no DJU em 1º-7-2005)

Resta afastada, portanto, a tese de que à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - e à Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina não é assegurada por lei a condição de sujeito ativo da obrigação tributária.

Dou provimento ao recurso para afastar o julgamento antecipado da lide que acolheu a ilegitimidade ativa e para determinar o retorno dos autos à origem para o prosseguimento regular do feito.

Pelo que,

**ACORDAM** as Juízas da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade, **CONHECER DO RECURSO**. No mérito, por igual votação, **DAR-LHE PROVIMENTO** para, afastando o julgamento antecipado da lide que acolheu a ilegitimidade ativa, determinar o retorno dos autos à Vara de origem para o prosseguimento regular do feito.

Intimem-se.

Participaram do julgamento realizado na sessão do dia 31 de julho de 2007, sob a presidência da Exma Juíza Lília Leonor Abreu (Relatora), as Exmas Juízas Lígia Maria Teixeira Gouvêa (Revisora) e Maria Aparecida Caitano. Presente o Exmo, Dr. Marcelo José Ferlin d'Ambroso, Procurador do Trabalho.

Florianópolis, 15 de agosto de 2007.

**LÍLIA LEONOR ABREU**  
Relatora

# Sindicato de Primeiro de Maio retoma realização de cursos

Após um ano e meio sem convênio como SENAR-PR, o Sindicato Rural de Primeiro de Maio regularizou sua situação e está dando início a uma nova etapa de trabalhos em parceria com a instituição. A diretoria, que está participando do Programa de Desenvolvimento Sindical, está empenhada no Planejamento Estratégico do sindicato e a mobilização de turmas para os cursos de formação profissional e promoção social está entre as prioridades.



“Os cursos de Aplicação de agrotóxicos, tratorista e outros relacionados à mecanização, serão os primeiros a serem agendados, de acordo com a procura registrada pelo sindicato”, disse a secretária Sueli Tonin Alves. Existe interesse tam-



bém em mobilizar turma para o Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) para o próximo ano e para o Empreendedor Rural (PER). O sindicato pretende também montar e divulgar uma agenda de eventos e



montar um cadastro de sócios.

Recentemente, foram realizados dois cursos no município. No mês de julho, foi feito o curso de panificação e, nos dias 4 e 5 de agosto, aconteceu o curso de transformação de alimentos – mandioca, oportunidade em que o supervisor regional do SENAR-PR, Arthur Piazza Bergamini entregou a placa em comemoração aos 40 anos do Sindicato Rural ao presidente José Saturnino Peres. ■

## Sindicato Rural de Arapoti inicia três novos grupos do JAA



Jovens de Arapoti iniciaram o Módulo de Gestão do Agronegócio do Programa Jovem Agricultor Aprendiz. O curso será ministrado pela instrutora Carla Cristina Jaremtchuk, que presta serviços ao SENAR-PR. As aulas estão sendo ministradas na Sede do Sindicato para os alunos do “Grupo A”, para os alunos do “Grupo B” no Colégio do Bairro Cerrado das Cinzas e para o “Grupo C” no Colégio Colônia Holandesa.

# São João realiza mais um curso do Jovem Agricultor Aprendiz

O Sindicato Rural de São João encerrou no dia 22 de agosto mais um curso do Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) com a participação de 47 jovens da zona rural. Os alunos participaram de várias visitas, na Coasul, Bansicredi, e em algumas propriedades assistiram às palestras sobre cooperativismo, agronomia, leis ambientais e DST (Doenças sexualmente transmissíveis).

Os participantes receberam certificado de conclusão do programa, e a solenidade aconteceu no auditório do Sindicato, com a participação do presidente, Arceny Bocalon, Altair José

Gasparetto (prefeito municipal), Lotario Luis Dierings (presidente do Ban Sicredi), José Cavalli (bioquímico), Margred Drehmer (diretora do Colégio Estadual Tancredo Neves), Dilva

Mioto (diretora do Colégio Estadual São Luiz, e Soraya Mazzuti, instrutora que presta serviço ao SENAR-PR.

Todos os presentes parabenizaram os alunos e o Sindicato

pela iniciativa de levar aos jovens mais oportunidades no campo. Arceny Bocalon comentou que novos cursos estão programados para o ano de 2009. ■



## Panificação



Nos dias 18 e 19 de agosto, o Sindicato Rural de São João promoveu, em parceria com o SENAR-PR, o curso de panificação básico. O evento, realizado na APAE de São João, reuniu 11 mulheres e foi ministrado pela instrutora Verlice Werle Molossi, que presta serviços ao SENAR-PR. As participantes aprenderam a fazer vários tipos de pães, pizzas, panetones e sonhos, entre outros. O curso encerrou com degustação dos alimentos preparados pelas participantes. ■

# Alunos da escolas de Toledo conhecem Aninha e Agrinho

A repórter Fernanda Toigo acompanhou a visita dos personagens da turma do Agrinho às escolas de Toledo. O evento foi registrado em matéria divulgada na edição do Jornal do Oeste do dia 21 de agosto, conforme texto abaixo:

Duas visitas inesperadas fizeram o dia da criançada em algumas escolas de Toledo. Aninha e Agrinho, os mascotes do programa, foram recebidos com festa pelos alunos. Na Escola Municipal Reinaldo Arrosi, os bonecos passaram por todas as turmas, fazendo a alegria dos pequenos. Para a coordenadora da escola, Ângela Maria da Silva Drey, o Programa Agrinho, que neste ano entra em sua 13ª edição, é sem dúvida um grande trabalho educativo e social. "O tema - Saber e atuar para melhorar o mundo - é rico e proporciona várias formas de atuação".

A meta da escola é aproveitar o assunto para motivar a qualidade de vida, direcionando o tema, para a hora do recreio, incentivando ações que possam melhorar o convívio e o exercício da cidadania.

Ângela disse que está garantida a participação da escola no concurso. As turmas de primeiro ano prepararão desenhos e as de 2ª a 4ª, re-



dação. Os professores poderão concorrer com a elaboração de projetos pedagógicos. Os trabalhos devem ser enviados até o dia 22 de setembro. A premiação acontece em Curitiba, no dia 17 de novembro.

Os mascotes passaram também pela Escola Municipal Presidente Castelo Branco, no Jardim Porto Alegre e pela Escola situada no Jardim Concórdia. O Agrinho começou em 1996 com a preocupação de fornecer informações que contribuíssem

para a saúde da família rural e a preservação do meio ambiente. A tarefa de preparar a criança para se tornar um adulto responsável levou a campo um trabalho que procurou aliar aquisição de conhecimentos à prática de atitudes éticas. Atualmente o programa está presente em todos os municípios do Estado.

No início o programa abrangia cinco municípios. Em 2008, mais de 95 % das cidades paranaenses aderiram ao Programa Agrinho. ■

## Turma do Agrinho rouba a cena na Expotécnica de Sabáudia



O estande do Sistema FAEP montado na 15ª edição da Expotécnica em Sabáudia, realizada nos dias 7 e 8 de agosto, contou com a parceria entre os sindicatos rurais de Sabáudia, Araçongas e

Apucarana na apresentação do Sistema FAEP/ SENAR-PR aos visitantes e divulgação de suas ações. O evento, organizado pela Emater, foi realizado na propriedade de Claudio D'Agostini, diretor do Sindicato Rural de Sabáudia e que é organizado pela EMATER.

No primeiro dia de feira, os personagens Agrinho e Aninha animaram o estande do Sistema FAEP, chamando a atenção de crianças e adultos que se aproximavam para tirar fotos com os bonecos e conhecer melhor as propostas do Programa Agrinho. Antonio Sevidanis, pre-

sidente do Sindicato Rural de Sabáudia, José Mendonça, presidente do Sindicato Rural de Araçongas e Jorge Nishikawa, presidente do Sindicato Rural de Apucarana marcaram presença no evento. ■



# Sushi na terra do Barreado

No ano em que se comemora o centenário da imigração japonesa, os paranaenses se renderam aos encantos de sua culinária, no Festival Gastronômico realizado pelo Sistema Fecomércio e Sistema FAEP, entre os dias 25 e 30 de agosto, em Curitiba.

Cerca de 900 pessoas passaram pelo restaurante-escola do Senac, na semana do Festival. Sushi e sashimi foram os carros chefes do menu que também trouxe opções populares como o tempurá e o yakisoba.

O jantar de abertura do festival relembrou a importância da presença nipônica no desenvolvimento da agricultura e do comércio do Paraná. Entre os homenageados, o Dr. Saburo Sugisawa, primeiro médico descendente de japoneses a trabalhar em Curitiba, proprietário do Hospital Sugisawa, Sérgio Maeoka, proprietário da rede de farmácias Nissei, que conta com mais de 135 lojas, e a empresária do ramo hoteleiro, Hamako Hara, proprietária do Hotel Guáira Palace.

Os ideais sonhados, as dificuldades superadas e os caminhos traçados pelos imigrantes foram destacados nas falas do secretário municipal de governo Rui Hara, do deputado estadual Luiz Nishimori e da vice-consuleza do Japão, Yuka Iwanami. O presidente do Sistema Fecomércio, Darci Piana, re-



lembrou a importância da comunidade japonesa na agricultura, com destaque para as lavouras de

café, e que depois se sobressaíram também em atividades comerciais. “É uma homenagem singela àqueles que fizeram que o novo comércio se engrandecesse no Paraná”, disse.

O diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemim, que representou o Sistema FAEP/ SENAR-PR no evento, destacou a atuação marcante da comunidade nipo-brasileira no setor agropecuário do estado e especificamente, no sistema sindical. “Além disso, o que temos a oportunidade de saborear nesse festival gastronômico é, em grande parte, fruto do trabalho de japoneses e brasileiros que estão no campo cultivando a soja, os legumes, verdura e frutas, enfim, nos proporcionando esse cardápio tão diversificado”, concluiu. ■



